

**CONVÊNIO DE LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL PARA PROJETOS  
DE INVESTIMENTO (CCLIP) Nº BR-X1039**

entre a

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil – PROFISCO II

17 de outubro de 2018

## CONVÊNIO DE LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL

CONVÊNIO celebrado no dia 17 de outubro de 2018 entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, a seguir denominada a “República” e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, a seguir denominado “BID”, para estabelecer uma Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento para o Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil – PROFISCO II, doravante denominada indistintamente “Linha de Crédito Condicional” ou “Linha CCLIP”.

**Seção 1. Objetivo.** O presente Convênio tem por objeto estabelecer uma Linha CCLIP cujo propósito é contribuir para a sustentabilidade fiscal, por meio da: (i) modernização da gestão fazendária, (ii) da melhoria da administração tributária, e (iii) da melhoria da gestão do gasto público. A Linha CCLIP foi aprovada pela Diretoria Executiva do BID mediante a Resolução DE-113/17, em 8 de dezembro de 2017.

**Seção 2. Definições Particulares.** Para os fins deste Convênio, adotam-se as seguintes definições, além das contidas no Capítulo II das Normas Gerais dos Contratos de Empréstimos Individuais. Qualquer referência ao singular se aplica ao plural e vice-versa.

- (a) “Contrato de Empréstimo Individual” é cada um dos contratos de empréstimo que o BID poderá celebrar com os Mutuários Elegíveis para financiar um Programa dentro da Linha CCLIP estabelecida por este Convênio.
- (b) “Empréstimos Individuais” ou “Operações Individuais” são os empréstimos concedidos pelo BID a cada um dos Mutuários Elegíveis, para financiamento de Programas dentro da Linha CCLIP estabelecida de acordo com este Convênio.
- (c) “Linha de Crédito Condicional” ou “Linha CCLIP” é a linha de crédito posta à disposição dos Mutuários Elegíveis pelo BID através deste Convênio e que somente se materializa quando da assinatura do respectivo Contrato de Empréstimo Individual.
- (d) “Mutuários Elegíveis” são os Estados, o Distrito Federal e a República Federativa do Brasil.
- (e) “Produtos Obrigatórios” são as ações prioritárias que devem estar incluídas nas Operações Individuais de Empréstimo sob a Linha CCLIP: (i) Rede Nacional para a Simplificação do Registro de Empresas (REDESIM); (ii) escrituração fiscal digital no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que incorporará as informações necessárias à apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); (iii) pagamento centralizado e automático dos impostos relacionados ao comércio exterior; e (iv) sistemas de administração financeira

tecnologicamente mais atualizados, integrados com as diversas áreas da gestão. Ditas ações não serão exigidas total ou parcialmente como parte das Operações Individuais de Empréstimo, caso o Mutuário Elegível comprove que já foram executadas ou estão em execução.

**Seção 3. Utilização da Linha de Crédito Condicional.** (a) A Linha CCLIP será utilizada para financiar as Operações Individuais mediante a celebração de Contratos de Empréstimo Individuais, que dependerão: (i) de uma solicitação do Mutuário Elegível respectivo para o Empréstimo Individual correspondente; (ii) da inclusão dos Produtos Obrigatórios na Operação Individual respectiva; (iii) de garantia da República Federativa do Brasil; e (iv) da aprovação do Empréstimo Individual pela Diretoria Executiva do BID.

(b) A Linha CCLIP será utilizada para financiar Operações Individuais de acordo com o instrumento de empréstimo de investimento para projetos específicos.

(c) As Operações Individuais dentro da Linha CCLIP deverão estar estruturadas de forma consistente com os componentes da Linha CCLIP, que se descrevem a continuação:

- (i) **Gestão fazendária e transparência fiscal.** Este componente tem como objetivo melhorar o desempenho da governança pública contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados, a mitigação dos riscos fiscais, o fortalecimento dos mecanismos de transparência e a melhoria da prestação de serviços.
- (ii) **Administração tributária e contencioso fiscal.** Este componente tem como objetivo melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação de receitas próprias, a redução de tempos e custos para o cumprimento das obrigações tributárias, a celeridade na tramitação do processo administrativo fiscal e a recuperação da dívida ativa.
- (iii) **Administração financeira e gasto público.** Este componente tem como objetivo melhorar o desempenho da administração contábil e financeira, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento dos investimentos e na execução dos gastos correntes, a apuração de custos e a melhoria da gestão da dívida pública e dos passivos contingentes.

(d) O início da preparação da segunda e subsequentes Operações Individuais com um mesmo Mutuário Elegível no âmbito da Linha CCLIP estará condicionado à comprovação de que: (i) o programa anterior, financiado por um Empréstimo Individual, foi ou está sendo executado de maneira satisfatória, sendo provável que atingirá os resultados esperados; (ii) todas as cláusulas do Contrato de Empréstimo Individual anteriormente assinado entre as partes, bem como as políticas do BID, tais como referidas

nos Contratos de Empréstimo Individuais respectivos, estão sendo ou foram cumpridas integralmente pelo Mutuário Elegível respectivo; (iii) as demonstrações financeiras do Empréstimo Individual anterior foram apresentadas conforme o requerido no Contrato de Empréstimo Individual respectivo; (iv) uma análise institucional atualizada do Mutuário Elegível e de seu desempenho fazem prever que este continuará com uma trajetória de desempenho satisfatório nos Programas a serem financiados pela Linha CCLIP; (v) o Mutuário Elegível tenha comprometido, no mínimo, 75% dos recursos do Empréstimo Individual anterior, e tenha justificado ao BID a utilização de 50% dos recursos desse Empréstimo Individual; e (vi) a Operação Individual a ser financiada esteja incluída nos componentes da Linha CCLIP e esteja contemplada entre as prioridades definidas na estratégia e programa acordados entre a República Federativa do Brasil e o BID.

**Seção 4. Valor da Linha de Crédito Condicional.** (a) O montante total da Linha CCLIP é de US\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América) a débito dos recursos do Capital Ordinário do BID, para financiar as Operações Individuais previstas nos Contratos de Empréstimo Individuais.

**Seção 5. Prazo de Utilização da Linha de Crédito Condicional.** O prazo de utilização da Linha de Crédito Condicional será de 14 (quatorze) anos, a partir da data do presente Convênio.

**Seção 6. Condições financeiras dos Empréstimos Individuais.** Cada Empréstimo Individual incluirá as condições financeiras aplicáveis aos empréstimos para operações de investimento financiadas com recursos do Capital Ordinário do BID.

**Seção 7. Compromisso de Contrapartida Local.** Cada Operação Individual a ser financiada com recursos da Linha CCLIP contará com um aporte de contrapartida local de, no mínimo, 10% do montante do Empréstimo Individual correspondente.

**Seção 8. Regulamento Operacional da Linha CCLIP.** A linha de crédito será implementada seguindo o Regulamento Operacional do Programa (ROP) aprovado pelo BID junto com a primeira Operação Individual, o qual constitui um documento de orientação para a execução da Linha CCLIP, com a finalidade de detalhar os objetivos, os componentes, as ações prioritárias, os arranjos de execução, os mecanismos de monitoramento e avaliação e os procedimentos de auditoria das Operações Individuais da linha de crédito.

**Seção 9. Cancelamento ou Redução do Valor da Linha de Crédito Condicional.** (a) A Linha CCLIP poderá ser cancelada ou seu valor poderá ser reduzido, em qualquer momento, por acordo mútuo entre as partes. Nesses casos, as Operações Individuais em execução continuarão sujeitas ao previsto nos correspondentes Contratos de Empréstimo Individuais; e (b) O cancelamento ou a redução da Linha CCLIP não acarretará qualquer prêmio ou penalidade a quaisquer das partes. Igualmente, a República poderá renunciar à Linha CCLIP.

**Seção 10. Reserva de direitos.** A abstenção ou o atraso, por parte do BID, do exercício dos direitos estabelecidos neste Convênio, não poderá ser interpretado como renúncia do BID a tais direitos, nem como aceitação de acontecimentos ou das circunstâncias que lhe teriam facultado exercê-los.

**Seção 11. Obrigações dos Mutuários Elegíveis e do BID: Limitações.** Este Convênio não implica nenhuma obrigação por parte do BID de financiar total ou parcialmente qualquer Operação Individual, bem como não implica qualquer obrigação por parte dos Mutuários Elegíveis de solicitar Empréstimos Individuais ou da República de garantir obrigações dos mutuários relacionadas com os referidos Contratos de Empréstimo Individuais.

**Seção 12. Normas Aplicáveis às Operações Individuais.** As Operações Individuais reger-se-ão pelo previsto no respectivos Contratos de Empréstimo Individuais.

**Seção 13. Contratos de Garantia aos Empréstimos Individuais.** A República toma conhecimento por este Convênio que, de acordo com as políticas do BID, os Empréstimos Individuais para Mutuários Elegíveis distintos da República deverão ser garantidos pela República mediante a celebração do respectivo Contrato de Garantia.

**Seção 14. Vigência.** As partes concordam que este Convênio vigora a partir da data de sua assinatura até a data em que seja quitado o último Contrato de Empréstimo Individual celebrado.

**Seção 15. Validade.** Este Convênio é válido e exigível, de acordo com os termos nele estabelecidos, sem referência à legislação de qualquer país.

**Seção 16. Comunicações.** Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todo aviso, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra, em virtude deste Convênio será feito por escrito e considerar-se-á efetuado no momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário nos respectivos endereços, abaixo indicados:

Da República Federativa do Brasil:

Endereço postal:

Ministério da Fazenda  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 8º. andar,  
CEP 70.048-900,  
Brasília, DF – Brasil

Do BID:

Endereço postal:

Banco Interamericano de Desenvolvimento  
1300 New York Ave., N.W.  
Washington, D.C. 20577  
Estados Unidos da América

Fax: (202) 623-3096

**Seção 17. Correspondência.** O BID e a República comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no endereço abaixo indicado, cópia das correspondências relativas ao Programa.

Endereço postal:

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN  
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º andar  
70040-906, Brasília, DF – Brasil

Fax: +55 (61) 2020-5006

EM TESTEMUNHO DO QUE, a República e o BID, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, firmam o presente Convênio em duas (2) vias de igual teor em Brasília, DF, Brasil, no dia acima indicado.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

BANCO INTERAMERICANO  
DE DESENVOLVIMENTO

/a/

/a/

---

Nome:  
Procurador(a) da Fazenda Nacional

---

Hugo Flórez Timorán  
Representante do Banco no Brasil